



Universidade do Minho

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, REF^a EM-CP-Int.-001-2025, PARA A AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PARA DOTAR O CENTRO DE SIMULAÇÃO BIOMÉDICA AVANÇADO DA ESCOLA DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Artigo 1º

Objeto do concurso

1 – O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de diversos equipamentos para dotar o Centro de Simulação Biomédica Avançado da Escola de Medicina da Universidade do Minho, em conformidade com as especificações técnicas agrupados em lotes que a seguir se discriminam:

- Lote I – Simulador de Alta-Fidelidade Pediátrico
- Lote II – Simulador de Alta-Fidelidade Adulto
- Lote III – Simulador Ultrassom de Alta-Fidelidade Coletivo
- Lote IV – Simulador de Ultrassom de Alta-Fidelidade com Aplicação em Corpo Real
- Lote V – Simulador de Laparoscopia Avançado

2 – O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>, mediante registo.

Artigo 2º

Entidade Pública adjudicante

A entidade adjudicante é a Universidade do Minho, com sede no Largo do Paço, 4704-553 Braga, com o contacto institucional, no âmbito do presente procedimento, na Escola de Medicina da Universidade do Minho, através do telefone 253604801 e do e-mail financeiro@med.uminho.pt.

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi autorizada por deliberação do Conselho de Gestão da Universidade do Minho, nos termos do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

Artigo 4º

Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5º

Disponibilização e acesso ao procedimento

1 – As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Universidade do Minho, acessível através do *site* eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante, para consulta, no Núcleo Financeiro da Escola de Medicina da Universidade do Minho onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas, entre as 10h00 e as 12h00 e as 14h30 e as 16h30.

Artigo 6º

Esclarecimentos e Retificações e Alterações das Peças do Procedimento

6.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>.

6.2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pela Universidade do Minho, em <http://www.acingov.pt>, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

6.3. Excetua-se do disposto no número anterior os erros e as omissões referidos na alínea d) do número anterior e aqueles que o concorrente, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato.

6.4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

6.5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

- a) O nomeado para a condução do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6.6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.

6.7. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

6.8. A pedido fundamentado do interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do CCP.

6.9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.

6.10. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7º

Documentos que constituem a proposta

1 – A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt> devendo ser selecionadas as seguintes opções:

1. “Sou um operador económico”;
2. “Importar um DEUCP”;
3. “Carregar documento” – seleccionar o ficheiro “EM-CP-Int-001-2024” em formato .xml disponibilizado pela Universidade do Minho na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
4. Seleccionar o país do concorrente;
5. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
6. No final, seleccionar a opção “Imprimir/Exportar” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado nos termos do artigo 8.º do presente programa e enviado juntamente com os restantes documentos da proposta.

b) Documentos que contenham os atributos da proposta:

- i. Proposta contratual, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo I** ao presente Programa do Procedimento;
- c) Ficha(s) técnica(s) dos bens a fornecer, catálogo(s) ou outro(s) documento(s) equivalente(s), descritivos dos termos e condições da proposta, em conformidade com as especificações técnicas do caderno de encargos.
- d) O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais se dispõe a contratar.

2 – Os preços constantes da proposta são indicados em euros, com 2 casas decimais e não incluem o IVA.

3 – Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decomposto

Artigo 8º

Prazo e modo de apresentação da proposta

1 – Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23:59 horas do 30º dia** contado da data do envio do anúncio para publicitação no Diário da República.

2 – Quando pela sua natureza qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, aplica-se o previsto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – A proposta e todos os documentos que lhe associarem, designadamente, a declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo anterior devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4 – Independentemente da assinatura qualificada que é feita na própria plataforma, é obrigatória a aposição da assinatura digital qualificada, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, em todos os documentos da proposta submetidos, com exceção dos comprovativos de titularidade ou representação emitidos por entidades externas ao concorrente.

5 – Se declaração indicada na alínea a) do n.º 1 do Artigo 8.º for assinada por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.

6 – Quando a declaração referida no número anterior for assinada por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.

7 – Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem anexar-se à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

8 – O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

Artigo 9º

Preço base

1 - O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento objeto do contrato a celebrar é estabelecido em **387 810,15 € (trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dez euros e quinze cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

2 – O preço base estabelecido para cada lote, entendido como preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por todas as prestações que compõem o respetivo lote, corresponde aos seguintes valores:

LOTE	PREÇO BASE
Lote I – Simulador de Alta-Fidelidade Pediátrico	79 192,00€ (Setenta e nove mil, cento e noventa e dois euros), acrescidos de IVA à taxa de 23%
Lote II – Simulador de Alta-Fidelidade Adulto	131 839,62€ (Cento e trinta e um mil, oitocentos e trinta e nove euros e sessenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA à taxa de 23%
Lote III – Simulador Ultrassom de Alta-Fidelidade Coletivo	63 750,00€ (Sessenta e três mil, setecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa de 23%
Lote IV – Simulador de Ultrassom de Alta-Fidelidade com Aplicação em Corpo Real	74 356,16€ (Setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis euros e dezasseis cêntimos), acrescidos de IVA à taxa de 23%
Lote V – Simulador de Laparoscopia Avançado	38 672,38€ (Trinta e oito mil, seiscentos e setenta e dois euros e trinta e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa de 23%

3 - Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter orçamentos atualizados para estabelecer o preço base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do mesmo diploma.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP, qualquer informação pertinente que tenha resultado da consulta referida no número anterior será disponibilizada aos futuros concorrentes, caso seja solicitada, após o termo do prazo de apresentação de propostas.

Artigo 10º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais, com exceção de fichas técnicas, catálogos e outros documentos similares, demonstrativos das características técnicas e funcionais do equipamento proposto, que podem ser apresentados em língua inglesa, nos termos do n.º 2 do art.º 58 do CCP.

Artigo 11º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 12º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 – O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>.
- 2 – O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação da sua proposta.
- 3 – Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no ponto 1 do presente artigo.

Artigo 14º

Exclusão das propostas

- 1 – São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o ponto 1 do Artigo 9.º do presente programa de concurso;
 - b) Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no ponto 1 do Artigo 7.º do presente programa de concurso;
 - c) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
 - e) Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70º;
 - f) Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
 - g) A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 - i) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
 - j) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
 - k) Que sejam apresentadas como propostas variantes;
 - l) Que violem quaisquer das demais disposições previstas no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15º

Critério de adjudicação

- 1- A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, densificado pelo seguinte fator: Preço total de Lote.
- 2- Em caso de empate, entre duas ou mais propostas, o critério de desempate será efetuado por sorteio, em conformidade com o regulamento em anexo ao presente Programa (**Anexo II**).

Artigo 16º

Relatório preliminar de análise das propostas

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 17º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

Artigo 18º

Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Artigo 19º

Notificação da decisão de adjudicação

- 1 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-se-lhes o relatório final de análise das propostas.
- 2 – Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 24.º deste programa de concurso;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos Artigos 25.º a 27.º deste programa de concurso;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato;
 - e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 20º

Causas de não adjudicação

- 1 – Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado propostas;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
- 2 – A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 21º

Redução do contrato a escrito

Conforme previsto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas.

Artigo 22º

Aprovação e notificação da minuta de contrato

1 – A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2 – Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do Artigo 19.º do presente Programa.

Artigo 23º

Aceitação da minuta de contrato

A minuta de contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 24º

Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente programa de concurso, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- d) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP

2 – Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do no n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>. No caso da plataforma eletrónica se encontrar indisponível, os documentos de habilitação devem ser enviados para o endereço eletrónico indicado no Artigo 2.º do presente programa de concurso.

4 - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5 - O adjudicatário pode, em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, indicar o endereço do sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6 - Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um prazo máximo de 5 dias, se essa prorrogação for solicitada, pelo adjudicatário, em tempo útil e devidamente fundamentada.

7 - Não é necessária a apresentação dos documentos previstos na alínea b) do 1., caso o adjudicatário se encontre devidamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

8 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

9 - Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

10 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

11 - O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do 2, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 25º

Cumprimento das obrigações legais e contratuais

1 - Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume essa celebração, no presente procedimento é exigido ao adjudicatário a prestação de uma caução.

2 - Pode não ser exigida a prestação de caução quando:

- a) O preço contratual for inferior a 500.000,00€;
- b) O adjudicatário seja uma entidade prevista nos artigos 2.º ou 7.º do Código dos Contratos Públicos; ou
- c) Se trate dos contratos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, ainda que exista contrato escrito.

3 – Quando, em conformidade com o previsto no número anterior, não tenha sido exigida a prestação da caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.

4 – Não é exigida a prestação de caução quando o adjudicatário apresente seguro de execução do contrato a celebrar, emitido pela entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

Artigo 26º

Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelas normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislações específicas aplicáveis

ANEXOS

Anexo I – Minuta de Proposta de Preço;

Anexo II – Regulamento de sorteio;

Anexo III – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos];

NOTA: estes anexos, em formato editável, constituem documentos autónomos das peças do procedimento e fazem parte integrante deste Programa.

ANEXO I

Minuta de Proposta de Preço

(a que se refere o ponto i) da alínea b) do n.º 1 do Artigo 8º deste Programa de Procedimento)

_____ [entidade; designação legal, NIPC e sede], representada por
_____ [gerente/administrador/representante legal; nome, NIF, domicílio fiscal ou
profissional], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do procedimento concursal, _____
obriga-se a executar o contrato e fornecer à Universidade do Minho todos os bens que constituem o respetivo objeto, nos termos,
condições e de harmonia com o caderno de encargos e os restantes elementos do procedimento, designadamente, os Lotes
assinalados nas tabelas infra, pelas características e preço aí indicados.

Descrição do Lote	Preço Lote S/IVA	Preencher tabela referente ao Lote das Características Técnicas e Funcionais
Lote I – Simulador de Alta-Fidelidade Pediátrico		Pág 12
Lote II – Simulador de Alta-Fidelidade Adulto		Pág 13
Lote III – Simulador Ultrassom de Alta-Fidelidade Coletivo		Pág 14
Lote IV – Simulador de Ultrassom de Alta-Fidelidade com Aplicação em Corpo Real		Pág 15
Lote V – Simulador de Laparoscopia Avançado		Pág 16

Lote I – Simulador de Alta-Fidelidade Pediátrico

Descrição das Características Técnicas e Funcionais	Confirmar que a proposta apresentada possui (X)
Expressões faciais realistas e dinâmicas: Capaz de simular emoções através de expressões faciais dinâmicas, movimentos e fala, permitindo interações mais naturais durante as sessões de treino.	
Olhos interativos: Movimentos oculares realistas, incluindo piscar, rastreamento horizontal e vertical, além de reações pupilares à luz. Movimentos oculares avançados: piscar naturalmente, mover os olhos em diferentes direções e até reagir à luz com dilatação e contração das pupilas	
Comunicação avançada e interativa: capaz de falar e responder, permitindo uma interação realista entre médico e paciente.	
Respiração e resposta fisiológica altamente realistas: respiração espontânea visível, sons pulmonares variados e reações a ventilação mecânica em tempo real.	
Auscultação de sons cardíacos, pulmonares e intestinais: Sons de alta-fidelidade para práticas de avaliação clínica.	
Monitorização com equipamentos reais: Compatível com monitores de ECG, oxímetros, capnógrafos, desfibriladores e outros dispositivos médicos reais, simulando situações reais com tecnologia médica de verdade.	
Intervenções de emergência: que permita práticas como descompressão por agulha, inserção de tubo torácico, injeções e acesso venoso periférico.	
Suporte à ventilação mecânica: que responda ao suporte ventilatório utilizando equipamentos reais, simulando condições respiratórias complexas.	
Capacidade de operar sem necessidade de cabos ou conexões externas, permitindo que seja utilizado em qualquer ambiente de simulação	

Lote II – Simulador de Alta-Fidelidade Adulto

Descrição das Características Técnicas e Funcionais	Confirmar que a proposta apresentada possui (X)
<p>Sistema Respiratório Avançado: O simulador deve dispor de um sistema respiratório realista, com resistência respiratória ajustável num intervalo amplo e complacência pulmonar regulável, incluindo valores diferenciados para os pulmões direito e esquerdo. Deve permitir frequência respiratória passiva até 100 ciclos por minuto, esforço inspiratório variável (até 50 cmH₂O) e tempo inspiratório com controlo do tempo de subida (0–100%). Deve suportar volumes correntes até 800 ml. Deve permitir a simulação independente de resistências inspiratórias e expiratórias, bem como resistências traqueais e brônquicas assimétricas. O sistema deve ainda reagir de forma sincronizada às respirações espontâneas do paciente simulado e incluir modos ventilatórios como Suporte de Pressão, Controlo de Volume e Controlo de Volume Regulada por Pressão (PRVC), permitindo treino avançado em ventilação assistida e patologias com alterações ventilatórias complexas</p>	
<p>Autonomia e Integração Respiratória: O sistema respiratório deve funcionar de forma autónoma, sem necessidade de fixações físicas, e integrar-se sem limitações com ventiladores reais e sistemas de simulação de ventilação mecânica. A operação deve ser possível sem fios, possibilitando a sua utilização em diversos contextos clínicos, incluindo ambiente pré-hospitalar e unidades de cuidados intensivos, com total mobilidade e flexibilidade.</p>	
<p>Compatibilidade com Equipamentos Reais: O simulador deverá ligar-se diretamente a monitores clínicos reais (multiparâmetros, oxímetros de pulso, monitores de pressão arterial e desfibriladores), sem recurso a interfaces adicionais. Os valores simulados devem ser lidos corretamente nos equipamentos, como se estivessem ligados a um paciente real. Esta compatibilidade deve garantir o uso pleno de todos os modos de monitorização sem necessidade de cablagem ou dispositivos intermédios.</p>	
<p>Desfibrilação e Estimulação Elétrica: Deverá ser possível executar desfibrilação manual com pás ou elétrodos, desfibrilação semiautomática, cardioversão sincronizada e estimulação cardíaca com equipamentos reais e energia terapêutica adequada, sem a intervenção de módulos adaptadores ou sistemas de mediação.</p>	
<p>Configuração Anatômica e Pele Substituível: O simulador deverá incluir peles faciais intercambiáveis, nomeadamente uma versão geriátrica e uma feminina, com ajuste anatómico e canais funcionais para drenagem de fluidos, permitindo representar diferentes perfis de pacientes. A pele torácica deverá ter zonas habilitadas à integração de sensores de ultrassom, plenamente operáveis através do software nativo do simulador.</p>	
<p>Acesso Vascular e Procedimentos Invasivos: É obrigatória a presença de acessos intravenosos funcionais em ambos os membros superiores e acesso intraósseo, para treino de técnicas de infusão e administração de fármacos em contexto de emergência. O simulador deve também permitir intubação orotraqueal e nasotraqueal, uso de dispositivos supraglóticos e realização de cricotirotomia.</p>	
<p>Monitorização de Sinais Vitais: O sistema deverá incluir uma biblioteca alargada de eletrocardiogramas (ECG), com sons cardíacos sincronizados aos traçados elétricos, permitindo treino em suporte avançado de vida com desfibrilação, cardioversão e estimulação elétrica cardíaca.</p>	
<p>Acesso Vascular e Procedimentos Invasivos: É obrigatória a presença de acessos intravenosos funcionais em ambos os membros superiores e acesso intraósseo, para treino de técnicas de infusão e administração de fármacos em contexto de emergência. O simulador deve também permitir intubação orotraqueal e nasotraqueal, uso de dispositivos supraglóticos e realização de cricotirotomia.</p>	

Lote III – Simulador Ultrassom de Alta-Fidelidade Coletivo

Descrição das Características Técnicas e Funcionais	Confirmar que a proposta apresentada possui (X)
Tecnologia de Posicionamento Ótico: que seja capaz de utilizar um sistema de rastreamento ótico baseado em câmara que detete padrões codificados nos transdutores virtuais, permitindo movimentos em seis graus de liberdade.	
Transdutores Virtuais: com inclusão de sondas convexas para exames transabdominais e transvaginais, semelhantes em tamanho e forma às reais.	
Componentes Físicos: que contenha uma câmara (webcam padrão), uma plataforma de digitalização plana e um computador ou portátil.	
Métricas de Desempenho de Alta Precisão: que seja capaz de avaliar objetivamente o desempenho dos utilizadores com base na precisão, tempo, distância e ângulos, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhoria.	
Monitorização e Relatórios na Nuvem: que permita o acompanhamento detalhado das práticas dos estudantes, com avaliação e pontuação automáticas. Todas as sessões deem ser capazes de ser gravadas para revisão posterior na nuvem académica	
GPS para Autoaprendizagem: capaz de fornecer assistência de inteligência artificial para aprimorar as competências do utilizador, guiando-o na obtenção dos planos de diagnóstico corretos.	
Portabilidade: o simulador deve ser compacto e portátil, permitindo que vários estudantes pratiquem simultaneamente numa sala, cada um utilizando o seu próprio simulador.	
Configuração para Ambientes Académicos: deve permitir que múltiplos estudantes pratiquem simultaneamente numa sala de aula ou laboratório de simulação, cada um utilizando o seu próprio simulador.	
Supervisão: que seja capaz de facilitar a supervisão próxima por parte dos instrutores, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e eficiente.	
Integração com Tecnologias de Ensino: poderá incluir funcionalidades como tutor inteligente para planos de diagnóstico e assistência de inteligência artificial para melhorar as competências dos estudantes.	

Lote IV – Simulador de Ultrassom de Alta-Fidelidade com Aplicação em Corpo Real

Descrição das Características Técnicas e Funcionais	Confirmar que a proposta apresentada possui (X)
Sistema de simulação de ecografia com dotes de aplicação do corpo quer humano real quer de simulador georeferenciados para simulação com sonda de ecografia sensível à angulação e direção da sonda	
Que seja ideal para formação prática portátil e integrada	
Que possa ser utilizado em modo standalone ou integrado em plataformas de simulação	
A sonda deve ser equipada com sensores que captam posição, direção, rotação e profundidade da mesma.	
Que permita obter imagens diferentes conforme o movimento da sonda, imitando o exame em tempo real. Que reage à pressão, angulação e deslocação, como num exame verdadeiro.	
Que use imagens reais de pacientes em vez de imagens geradas por computador.	
Que inclua casos clínicos com achados normais e patológicos para ser usado em ensino básico e avançado. Para isso deve também incluir ferramentas de ensino e avaliação	

Lote V – Simulador de Laparoscopia Avançado

Descrição das Características Técnicas e Funcionais	Confirmar que a proposta apresentada possui (X)
Câmara: 30° com resolução Full HD 1080p	
Movimento da câmara: Rotação de 360°, com sistema de bloqueio	
Computador integrado: Sistema all-in-one	
Trocars: 8 entradas (Ø5 mm / Ø10 mm)	
Instrumentos de treino: 4 peças eletrónicas (porta-agulhas, pinça, disector, tesoura)	
Módulos de treino: com módulos de treino incluindo suportes universais, elásticos, esferas, exercícios de sutura e corte, entre outros	
Armazenamento: Espaço dedicado para instrumentos e módulos	

Funcionalidades de Software:

Análise de treino em tempo real: Com monitorização precisa dos movimentos dos instrumentos	
Feedback pós-sessão: Com gráficos detalhados e vídeos com destaques dos pontos a melhorar	
Contas de utilizador personalizadas: Em que cada utilizador tem acesso ao seu próprio progresso	
Capacidades de rede: Que permita treinos em grupo e supervisão simultânea de múltiplos alunos através da estação de mentor	
Partilha de ecrã: Que facilite demonstrações e correções em tempo real	

ANEXO II

REGULAMENTO DO SORTEIO DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos termos seguintes:

- 1 - As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "n", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
- 2 - Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo que não fique visível o número inscrito em cada folha.
- 3 - Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
- 4 - Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
- 5 - O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
- 6 - Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
- 7 - Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros funcionários da UMinho, igualmente mandatados para o efeito.
- 8 - Do processo de sorteio será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

ANEXO III

Modelo de Declaração de Habilitação

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º